

As diferenças entre os sexos: Mito ou realidade? (*)

GABRIELLE POESCHL (**)

CLÁUDIA MÚRIAS (**)

RAQUEL RIBEIRO (**)

As teorias sobre a fragilidade e a inferioridade das mulheres, desenvolvidas no Séc. XIX com o objectivo de justificar as posições sociais dos grupos sexuais resultantes da Revolução Industrial, tiveram um impacto considerável. Apesar de estar em contradição flagrante com as práticas anteriores e com as práticas da maioria das mulheres de então, que acumulavam as actividades domésticas com o trabalho assalariado, o novo conceito da feminilidade assim construído vai também difundir a ideia que o lugar das mulheres é em casa à medida que se propaga o modelo de família burguês (Giddens, 1982).

1. A HIERARQUIZAÇÃO DOS GRUPOS SEXUAIS

A divisão do trabalho por sexo entre emprego

(*) Este trabalho foi realizado com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Projecto POCTI/36451/PSI/00/2000).

A correspondência relativa a este trabalho pode ser endereçada a Gabrielle Poeschl, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Rua do Campo Alegre, 1055, 4169-004 Porto (e-mail: gpoeschl@psi.up.pt).

(**) Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

e família vai originar, a partir da segunda metade do Século XIX, inúmeras teorias sobre a natureza dos homens e das mulheres, destinadas a explicar e justificar a posição social dos dois sexos por disposições naturais. Assim, as mulheres não escapam às primeiras tentativas de classificação científica dos seres humanos, a que se dedica a nova ciência da craniometria. A verificação da existência de uma relação entre o tamanho do cérebro e a pertença sexual torna-se uma prova evidente da inferioridade das mulheres. A frenologia, relacionando as faculdades mentais com o desenvolvimento dos centros cerebrais correspondentes, apresenta as mulheres como dominadas pelos instintos e as emoções, manifestações inibidas nos homens pela sua inteligência superior (Shields, 1986).

Deduz-se da maior frequência de génios de sexo masculino e de homens em posições de poder e de prestígio que a inferioridade intelectual é um traço comum a todas as mulheres, justificando que a educação feminina seja adaptada ao papel de esposa e de mãe (Shields, 1986). As diferenças morfológicas entre os sexos explicam, em última análise, as diferenças de aptidões, temperamento e inteligência, visto que «as energias da fêmea são orientadas para a preparação da gravidez e da lactação, o que reduz a energia disponível para o desenvolvimento de outras

qualidades» (Herbert Spencer, 1891, in Shields, 1986, p. 52). Subjacente a esta ideia está a opinião de que a incapacidade feminina tem uma função, a sobrevivência da raça, que necessita que as mulheres se dediquem à gestação e criação dos filhos (Shields, 1986). Porém, até nesta dimensão se afirma a inferioridade das mulheres. Nas teorias sobre o instinto parental que surgem também nessa época, considera-se que o instinto maternal não se exprime com a uma qualidade tão elevada como o instinto paternal (Shields, 1986).

Alguns autores tomam posição a favor das mulheres. John Stuart Mill (1869) demonstra que o conceito de «natureza feminina» é o produto de um contexto sócio-histórico particular (cf. Belotti, 1973) e que a aparente inferioridade feminina não é mais do que um pretexto para manter a mulher numa relação de passividade-dependência relativamente ao homem (Shield, 1986). Na tradição socialista, os escritos de Engels (1884) afirmam que as relações entre homens e mulheres são sócio e historicamente construídas, atribuindo ao desenvolvimento da propriedade privada o modelo da família burguesa, «fundada no escravagismo doméstico, reconhecido ou dissimulado, da mulher» (Engels, 1884, in Michel, 1983, p. 40).

Estas posições são no entanto severamente criticadas pela maior parte dos autores masculinos, cujas conclusões parecem largamente convergir. Comte (in Rigolage, s/d) salienta a inferioridade feminina nas belas artes e nas funções de governo, inclusive da família. Durkheim (1893) atribui ao progresso da civilização o facto dos cérebros dos dois sexos se diferenciarem cada vez mais, sendo esta diferenciação devida ao desenvolvimento dos crânios masculinos e à paragem ou mesmo à regressão dos crânios femininos. Para Freud as posições de Mill estão «em total contradição com a ‘verdadeira’ natureza da mulher» (Shields, 1986, p. 61). O modo como Freud (1908, por exemplo) explica a formação dum forte supereu nos rapazes, ausente nas raparigas, traz uma nova racionalização ‘científica’ acerca da inferioridade das mulheres, apesar da psicanálise destruir a noção de caracteres naturais fixos nos dois sexos e apresentar o masculino e o feminino como formas psicológicas construídas por processos sociais (Connell, 1993).

2. A ARMADILHA DAS MEDIDAS

Enquanto se assiste à multiplicação das teorias sobre as diferenças entre os sexos, as mulheres vão tomando consciência da contradição entre o princípio de igualdade entre os seres humanos, defendido pelo ideal democrático, e a discriminação de que são alvos. Com a primeira onda de feminismo, as mulheres da América e da Europa do Norte conquistam, nos anos 1920, o direito ao voto, o direito à propriedade e o acesso à educação. Com a obtenção desses direitos, o debate social sobre os sexos perde vitalidade, enquanto que se levanta, evidentemente, a questão de saber porque é que, se a subordinação das mulheres não é justa e natural, se conseguiu estabelecer (Connell, 1993).

A questão das diferenças entre os sexos, que até lá não tinha particularmente chamado a atenção dos psicólogos, começa a tornar-se objecto de interesse (Lee, 1986). Os primeiros trabalhos são os de Terman, que procura «clarificar as ideias confusas que correm actualmente sobre a masculinidade e a feminilidade da personalidade» (Lorenzi-Cioldi, 1994, p. 22). Não tendo conseguido realçar diferenças entre os sexos nos seus trabalhos sobre a inteligência, Terman, em colaboração com Miles, torna a examinar um conjunto de sentimentos, interesses, atitudes e comportamentos que supostamente distinguem os homens das mulheres e que deveriam constituir os temperamentos masculino e feminino (Lorenzi-Cioldi, 1994).

Cerca de vinte anos de trabalho levam à elaboração de um questionário de masculinidade-feminilidade, o *Teste de atitudes e de interesses* (Terman & Miles, 1936). O questionário permite aos autores oferecer uma descrição da mulher típica através de uma série de oposições com o homem típico. Assim, a mulher típica diferencia-se do homem típico pela riqueza das suas emoções, pela sua timidez, pela sua docilidade, pela sua natureza ciumenta. Ela preocupa-se com as relações com os outros e os afazeres domésticos enquanto que o homem típico preocupa-se com os objectos mecânicos, as actividades financeiras, ou as actividades exteriores (Lorenzi-Cioldi, 1994).

O questionário, construído de forma análoga a certos testes de inteligência, é constituído por questões de escolha múltipla que não permitem

que as características masculinas e femininas coexistam no mesmo indivíduo (Lee, 1986). Os itens são escolhidos a partir das respostas dadas por milhares de indivíduos a uma grande variedade de questões. São seleccionados pelo seu poder de discriminar os homens das mulheres, não sendo integradas no questionário as características nas quais os dois sexos poderiam ser semelhantes. Assim, o questionário exagera as diferenças e minimiza as semelhanças entre os sexos (Lorenzi-Cioldi, 1974). As maneiras de ser dos homens e das mulheres são maneiras de ser que correspondem aos papéis mais tradicionais, sendo os protótipos dos temperamentos masculino e feminino o operário e a doméstica. No entanto, o teste é utilizado para avaliar a personalidade dos indivíduos e permite, através de um só valor (a soma das respostas «masculinas» menos a soma das respostas «femininas», cf. Lorenzi-Cioldi, 1974), posicioná-los ao longo de um contínuo de masculinidade-feminilidade. Se bem que os autores nunca responderam à questão de saber se a masculinidade e a feminilidade eram um produto da biologia ou da cultura, passa-se a ideia de que a conformidade às normas dos grupos – que contribuem de forma importante para a identidade dos indivíduos – é um indicador de saúde mental (Shields, 1986) e que os desvios às normas traduzem um fraco ajustamento ou patologias, nomeadamente a homossexualidade (Lee, 1986).

Enquanto Terman e Miles estudam as diferenças de personalidade entre os homens e as mulheres, Strong (1936; 1943) analisa as diferenças que manifestam nos seus interesses. A *Escala masculinidade-feminilidade dos interesses vocacionais* é elaborada com o objectivo de melhorar a eficácia da formação e da orientação profissional dos jovens dos dois sexos (Lee, 1986). Embora Strong (1943) assinale que a correlação entre os interesses dos homens e das mulheres é muito forte (.69), demonstrando que eles são mais semelhantes do que diferentes, os interesses profissionais masculinos tornam a ser vistos como anormais para as mulheres e os interesses profissionais femininos como anormais para os homens (Lee, 1986).

Apesar das figuras do operário e da doméstica emergirem como os protótipos masculino e feminino nos trabalhos de Terman e Miles (1936), é com Parsons que as diferenças entre homens e

mulheres serão explicitamente associadas às esferas pública e privada, pela ligação que o autor estabelece entre os temperamentos masculino e feminino e os papéis masculino e feminino. Segundo Parsons (Parsons & Bales, 1956), o papel do homem é de natureza instrumental e o papel da mulher de natureza expressiva. O desempenho destes papéis orienta as personalidades de modo que, tipicamente, o homem focaliza-se na realização de objectivos, inibe as suas emoções, age em função do seu interesse pessoal e estabelece relações úteis para alcançar as suas metas, enquanto que, tipicamente, a mulher é sensível, compreensiva, flexível, preocupa-se com as necessidades afectivas da família, mostra as suas emoções e valoriza os outros pelas suas qualidades pessoais (Lorenzi-Cioldi, 1994). Baseando-se no seu conhecimento do funcionamento dos pequenos grupos, Parsons e Bales (1956) afirmam que um único membro da família não pode conciliar os comportamentos expressivos e instrumentais; apoiando-se na análise transcultural de Zelditch (1956), declaram que a divisão dos papéis familiares é universalmente efectuada em função do sexo; invocando, finalmente, a necessidade – assumida pela teoria psicanalítica – das crianças se identificarem com o progenitor do mesmo sexo, concluem que uma clara divisão dos papéis é desejável. Por outras palavras, as famílias mais eficazes e mais coesivas seriam aquelas em que os homens e as mulheres desempenham, respectivamente, os papéis instrumental e expressivo (cf. Brown, 1988).

Segundo Bawin-Legros (1998), é difícil perceber como uma teoria tão simplista pode ter encontrado tanto êxito. Porém, a dicotomia entre o instrumental e o expressivo permite uma simplificação da investigação sobre as diferenças entre os sexos e uma legitimação dessas diferenças, que assegura o seu sucesso junto dos psicólogos. Doravante, os instrumentos que vão ser construídos para avaliar a dimensão masculinidade-feminilidade da personalidade reduzem os temperamentos masculino e feminino a uma mera posseção de traços de personalidade, ou seja, de disposições estáveis e consistentes através dos diferentes papéis (Lorenzi-Cioldi, 1994). Desligadas da sua origem social, as maneiras de ser dos homens e das mulheres tornam-se um dado psicológico proveniente meramente do seu sexo biológico e permitem justificar as desigualdades

de acesso a posições que requerem competências instrumentais ou expressivas (Lorenzi-Cioldi, 1994).

No entanto, as ideias de Parsons vão também suscitar inúmeras críticas nos meios acadêmicos. Questiona-se a complementaridade dos papéis feminino e masculino, a impossibilidade de uma mesma pessoa desempenhar os papéis instrumental e expressivo e a satisfação proporcionada pela divisão dos papéis familiares (Herla, 1987). Para além disso, estudos realizados em meio natural revelam que, em muitas famílias, os homens manifestam mais comportamentos sócio-emocionais positivos do que as mulheres (Waxler & Mishler, 1970).

As ideias de Parsons vão também largamente orientar as posições teóricas que sustentam a segunda onda de feminismo americano, pelo menos ao que convém chamar de feminismo liberal. Segundo Connell (1993), Betty Friedan (1963), em *A mística feminina*, inspira-se do quadro teórico de Parsons para defender a emancipação feminina: o que é necessário, na sua opinião, «é uma mudança na identidade e nas expectativas das mulheres» (p. 33). A posição desfavorecida das mulheres é, com efeito, atribuída a expectativas tradicionais estereotipadas, partilhadas pelos homens e internalizadas pelas mulheres. Essas são difundidas pelos agentes de socialização, nomeadamente, a família, a escola, os médias. Para eliminar as desigualdades, é preciso quebrar os estereótipos oferecendo, por exemplo, uma melhor educação às raparigas e promulgando legislações contra as discriminações no mundo do trabalho (Connell, 1993).

A segunda vaga de feminismo americano levará as autoras feministas a questionar a investigação realizada até à data sobre as diferenças entre homens e mulheres (Connell, 1993). Nos anos 1970, pode-se dividir a abundante literatura sobre as diferenças entre os sexos em três abordagens diferentes (Deaux, 1990). Estas consideram o sexo: (a) como uma categoria social, estudando os estereótipos ligados a essa categoria; (b) como uma variável psicológica, analisando a masculinidade e a feminilidade; (c) como uma variável biológica, examinando as diferenças entre homens e mulheres. Embora o nosso interesse seja centrado no estudo das diferenças entre os sexos, apresentamos sucintamente o modo

como se desenvolveram também, nessa altura, as duas primeiras abordagens.

3. O SEXO COMO CARACTERÍSTICA SOCIAL

Na abordagem do sexo como categoria social, a atenção dos autores começa a centrar-se de forma mais intensa sobre os estereótipos sexuais e as consequências destes estereótipos sobre os julgamentos expressos e os comportamentos adoptados. Pode-se definir estes estereótipos como conjuntos de crenças sobre as características que é suposto os homens e as mulheres possuírem. Incluem crenças sobre as características físicas, os traços de personalidade, os comportamentos ligados aos papéis sociais, as preferências profissionais, as competências específicas e as disposições emocionais (Deaux & LaFrance, 1998).

De forma surpreendente, os estereótipos sexuais tinham sido pouco explorados, para além dos trabalhos de Sherriffs e McKee (1957). Segundo Ashmore, Del Boca e Wohlers (1986), estes autores tinham evidenciado, através de um questionário de questões abertas, 26 categorias que respeitavam às personalidades dos homens e das mulheres, dentro das quais 9 eram predominantemente masculinas (por exemplo, atributos físicos, orientação para a dominância, responsável, independente) e 14 predominantemente femininas (consciência social, afectos ou comportamentos negativos para com os outros, atributos físicos, orientação para cuidar dos outros, etc.). Os resultados mostravam também que, apesar dos dois sexos serem geralmente positivamente avaliados, os homens eram vistos de forma mais positiva do que as mulheres, em particular pelos homens.

A investigação sobre os estereótipos sexuais que se desenvolve nos anos 1970 experimenta outros métodos de recolha de dados, obtendo contudo resultados semelhantes. *O Questionário de estereótipos de papéis de sexo* de Rosenkrantz, Vogel, Bee, Broverman e Broverman (1968) confirma que existe um vasto consenso acerca dos estereótipos sexuais e que os atributos masculinos são mais valorizados do que os atributos femininos. Mais precisamente, considera-se que os homens são mais competentes, racionais e assertivos do que as mulheres e que as

mulheres são mais calorosas e expressivas do que os homens (cf. Ashmore, Del Boca & Wohlers, 1986). Por sua vez, Williams e Bennett (1975) chegam à conclusão de que os homens são percebidos como mais autônomos, agressivos e exibicionistas do que as mulheres, ao passo que as mulheres são vistas como mais prestáveis e servis do que os homens.

Sendo esses trabalhos baseados exclusivamente nos traços de personalidade, eles permitem resumir as crenças que os indivíduos têm sobre as diferenças entre homens e mulheres em duas dimensões, designadas por instrumentalidade e expressividade (Broverman, Vogel, Broverman, Clarkson & Rosenkranz, 1972; Spence, Helmreich & Stapp, 1974) ou, ainda, agentividade e comunalidade (Bakan, 1966). A agentividade evoca a capacidade de realizar tarefas e agir independentemente, e a comunalidade a capacidade de exprimir sentimentos e cuidar dos outros.

Para além de identificar o conteúdo dos estereótipos sexuais, começa-se a observar o modo como estes interferem, de forma consciente ou inconsciente, na avaliação da qualidade do desempenho dos homens e das mulheres, na explicação dos seus comportamentos e na percepção dos seus valores (Unger, 1986; Deaux, 1990). Num primeiro estudo, constatou-se que as mulheres avaliam como sendo de melhor qualidade uma tarefa supostamente executada por um homem do que uma tarefa supostamente executada por uma mulher (Goldberg, 1968). Estudos ulteriores mostram que, quando uma tarefa pertence ao domínio masculino, a performance feminina é depreciada, enquanto que numa tarefa feminina, não há diferença na avaliação da prestação masculina e feminina (cf. Deaux & Lafrance, 1998). Para além disso, no caso de uma tarefa tradicionalmente masculina ser realizada com êxito, atribui-se o sucesso de um homem às suas competências e o sucesso de uma mulher à sorte ou ao esforço, enquanto que no caso da tarefa ser tradicionalmente feminina, não se observa diferença na avaliação da origem do sucesso (Deaux & Emswiller, 1974).

Torna-se evidente que os estereótipos sexuais interferem, ainda, nas respostas aos questionários de masculinidade-feminilidade, na medida em que os indivíduos descrevem-se muitas vezes em função do que eles acham que devem respon-

der enquanto homens ou mulheres (Constantinople, 1986).

Face aos significados biológico e social da noção de sexo, alguns autores propõem fazer a distinção entre sexo e género. Assim, *sexo* referir-se-ia ao agrupamento dos indivíduos em duas categorias, na base das suas diferenças biológicas – produzidas pelo vigésimo terceiro par de cromossomas, ao passo que *género* referir-se-ia ao significado social atribuído ao sexo. Deste modo, o conjunto de características e comportamentos associados e esperados por parte dos homens e das mulheres numa sociedade particular constituiriam os estereótipos de género ou os papéis de género (Burr, 1998; Unger, 1986; Deaux, 1990; Eagly, 1987; Spence, Deaux & Helmreich, 1985).

4. O SEXO COMO VARIÁVEL PSICOLÓGICA

Nos anos 1970, na segunda abordagem – que considera o sexo como uma variável psicológica – começa-se a examinar com alguma atenção os instrumentos que, na sequência do *Teste de atitudes e de interesses* elaborado por Terman e Miles (1936), tinham sido desenvolvidos pelos psicólogos da personalidade no intuito de avaliar a dimensão psicológica de masculinidade-feminilidade. A crítica torna-se particularmente visível quando Constantinople (1986) questiona o facto da masculinidade e da feminilidade serem opostos dum mesmo conceito unidimensional e bipolar, que podia ser definido por respostas a questionários.

Questiona-se, ainda, o facto de que uma identificação aos modelos de identidade propostos pela dicotomia masculinidade-feminilidade assegure o bem-estar psicológico dos indivíduos (Lorenzi-Cioldi, 1994). Com efeito, na medida em que o pólo masculino remete para uma personalidade independente, activa e dominante, e o pólo feminino para uma personalidade submissa, sensível, e preocupada com os outros, começa a tornar-se óbvio que, numa sociedade individualista, baseada no êxito dos indivíduos, o conteúdo do pólo feminino coloca as mulheres numa situação ambígua. Ao escolherem conformar-se à norma do seu grupo sexual e desenvolver um temperamento expressivo, as mulheres correm o risco de virem a ter uma auto-estima fraca. Ao

escolherem afirmar-se no mundo profissional e desenvolver competências instrumentais, podem sofrer pressões para se conformarem ao grupo de pertença. Assim, a noção de medo do sucesso começa a designar a ansiedade feminina perante o êxito, sendo o êxito associado à perda de feminilidade, diminuição da auto-estima e medo da rejeição social (Lorenzi-Cioldi, 1994).

Considerando que os instrumentos de medição da masculinidade-feminilidade são discriminatórios para com as mulheres e estereotipantes tanto para os homens como para as mulheres, os autores desenvolvem outros instrumentos que avaliam a masculinidade e a feminilidade como constructos separados e ortogonais, medidos através de escalas unipolares. O primeiro questionário de androginia, o *Bem Sex Role Inventory* (BSRI) apresentado por Bem (1974), procura demonstrar que existe um grande número de pessoas que não se diferenciam na forma como possuem traços masculinos ou femininos e que essas personalidades são claramente distintas das personalidades típicas dos dois géneros. Em particular os andróginos, que apresentam uma combinação de masculinidade e de feminilidade, são pessoas particularmente flexíveis. Independentemente do seu sexo biológico, eles são capazes de executar tarefas tanto masculinas como femininas, em função das exigências requeridas pelas situações (Deaux, 1990).

Esta mudança de concepção da masculinidade e da feminilidade é acompanhada por uma mudança no que é considerado como desejável e apropriado: se dantes era psicologicamente saudável ser conforme aos critérios da masculinidade e da feminilidade, agora torna-se psicologicamente saudável ser andrógino (Deaux, 1990). Para além disso, os defensores da androginia afirmam que as diferenças entre homens e mulheres são inteiramente culturais e que os andróginos, que reúnem os traços positivos dos dois géneros, ultrapassam a arbitrariedade das fronteiras sexuais culturalmente definidas. Porém, pode-se notar que o conceito de androginia vai ser, por sua vez, alvo de controvérsia, dado que continua a assumir que existem conjuntos de traços correlacionados que definem quer a masculinidade quer a feminilidade. Spence (1985), por exemplo, afirma que uma concepção da masculinidade e da feminilidade em termos de agentividade e comunalidade não contempla a

multidimensionalidade dos conceitos, que contêm uma grande variedade de domínios pouco relacionados entre si (Deaux & Lafrance, 1998).

5. O SEXO COMO CARACTERÍSTICA BIOLÓGICA

Nos anos 1970, os estudos realizados na terceira abordagem, que nos interessa mais particularmente, começam a debruçar-se sobre a realidade da existência de diferenças entre os sexos. Em 1974, Maccoby e Jacklin publicam a primeira síntese dos trabalhos realizados pelos psicólogos até à data sobre as diferenças entre homens e mulheres. As autoras analisam mais do que 1400 estudos publicados sobre as diferenças entre homens e mulheres relativamente às capacidades cognitivas, aos temperamentos, e aos comportamentos sociais. Ao passo que a investigação sobre os estereótipos de género evidencia que os indivíduos, geralmente, acreditam na existência de diferenças entre os sexos, as conclusões das autoras apontam apenas para quatro diferenças consistentes: os homens possuiriam capacidades numéricas e de visualização espacial superiores às das mulheres e as mulheres possuiriam capacidades verbais superiores às dos homens. Os homens seriam também mais agressivos do que as mulheres. Os outros aspectos estudados ou levam a conclusões inconsistentes ou mostram uma ausência de diferenças entre homens e mulheres (Deaux, 1990).

Os resultados de Maccoby e Jacklin (1974) levam muitos autores a partilhar a opinião de que as diferenças psicológicas entre homens e mulheres são inexistentes ou não comprovadas. Para os autores feministas dos anos 1970, fica então claro que a investigação realizada sobre as diferenças entre os sexos só procurou demonstrar a inferioridade das mulheres, é enviesada e metodologicamente defeituosa (Eagly, 1987). Com o intuito de combater os estereótipos que sustentam que os homens e as mulheres diferem nas suas competências, personalidades e comportamentos sociais, as autoras feministas multiplicam os estudos sobre as diferenças entre os sexos. No espírito da época, demonstrar a ausência de diferenças devia, com efeito, impedir que o fraco número de mulheres a ingressar em profissões tradicionalmente masculinas, como a en-

genharia e as ciências, fosse justificado pela existência de diferenças entre os sexos e devia assegurar às mulheres o acesso às posições sociais das quais ficavam excluídas (Eagly, 1995; Archer, 1996). Os estudos realizados, tal como as primeiras sínteses dos estudos conduzidos sobre vários aspectos específicos das diferenças entre os sexos, confirmam que as diferenças entre os sexos são relativamente pequenas.

No que diz respeito às diferenças de capacidades cognitivas, mantém-se, segundo Eagly (1995), algum consenso relativamente à superioridade masculina na resolução de problemas numéricos (Benbow & Lubinski, 1993) e na capacidade de visualização espacial, nomeadamente a rotação mental de figuras tridimensionais (Masters & Sanders, 1993), assim como relativamente à superioridade feminina na fluidez verbal, ou seja na produção de palavras em acordo com determinados critérios (Halpern, 1992).

Os autores que contestam a existência destas diferenças levantam alguns problemas metodológicos (Feingold, 1988). Em primeiro lugar, uma diferença pode ser estatisticamente significativa sem ser teoricamente relevante. Assim, segundo Hyde (1981), a correlação ponto-biserial entre o sexo e a capacidade de visualização espacial, e entre o sexo e as competências verbais são de, respectivamente, .22 e .10 (cf. Archer, 1996), o que significa que o sexo explica 4.5% da variância nos estudos sobre a capacidade de visualização espacial e 1% da variância nos estudos sobre as competências verbais, como também nos estudos sobre as competências quantitativas (Deaux, 1990). Para além disso, a análise dos resultados é centrada apenas na média e não considera a distribuição dos resultados, apesar da população feminina ser mais homogénea (próxima da média) e a população masculina mais heterogénea. Assim, muitos autores encontram uma sobrerepresentação de homens com problemas de linguagem (Skinner & Shelton, 1985), com gagueês (Sutaria, 1985) ou com dislexia (Halpern, 1989), sugerindo que a menor competência verbal masculina poderia ser atribuída a problemas específicos de linguagem.

Por sua vez, os autores que examinam a possibilidade de uma eventual mudança na extensão das diferenças ao longo do tempo (Hyde & Linn, 1986) ou em função das culturas (Born, Bleichrodt & Van der Flier, 1987) chegam a conclu-

sões inconsistentes: alguns defendem que as diferenças entre os sexos são negligenciáveis enquanto que outros afirmam que são importantes (Eagly, 1995).

Por outras palavras, nos anos 1980, a opinião dominante é a que as diferenças entre os sexos são fracas. Quando existem, atribui-se muitas vezes a sua origem a crenças sobre os papéis de género e a expectativas relativamente às capacidades dos dois sexos. Assim, a superioridade masculina na capacidade matemática poderia ser o resultado das crenças e expectativas dos pais, professores e colegas, que provocam ansiedade nas raparigas, influenciando negativamente a sua performance (Wilder & Powell, 1989). Por sua vez, Hyde, Fennema e Lamon (1990) argumentam que o conteúdo e o estilo dos testes cognitivos são mais tipicamente masculinos (male friendly) do que tipicamente femininos, o que prejudica as mulheres em termos de resultados.

Na medida em que as crenças nas diferenças entre os sexos são muito maiores do que as diferenças em si, muitos autores interrogam-se sobre as razões da permanência dos estereótipos sexuais no pensamento social apesar da falta de apoio empírico (Unger & Crawford, 1992). Segundo Eagly (1987), a discrepância entre as conclusões científicas e as opiniões leigas conduzirá a analisar o tratamento da informação social em vez de questionar os métodos de investigação científica (Eagly, 1987).

Porém, a investigação sobre as diferenças entre os sexos prossegue-se e, a partir dos anos 1980, os autores recorrem também às técnicas quantitativas ou meta-analíticas para examinar se os comportamentos sociais e os traços de personalidade diferem em função do sexo. Inúmeros dados são assim produzidos, que apontam para a superioridade de um grupo sexual sobre o outro, relativamente a um determinado traço, ou a uma competência particular, ou ainda à performance na realização de uma tarefa (Deaux & LaFrance, 1998). Catalogar os aspectos investigados torna-se impossível, tão vasta é a literatura sobre esta questão (Deaux & LaFrance, 1998). Os estudos mais citados contemplam os comportamentos na interacção verbal e não verbal, a conformidade, a empatia, o altruísmo, a agressão, a liderança, e sintetizam diversas atitudes em relação à sexualidade ou à satisfação na vida (ver Eagly, 1995).

Encontram-se, por exemplo, diferenças no

que respeita à influenciabilidade, concluindo que as mulheres deixar-se-iam mais facilmente influenciar do que os homens (Eagly, 1987). Contudo, na síntese de Eagly e Carli (1981), o efeito do sexo é pequeno, explicando apenas 1% da variância (Deaux, 1990). Existem, com efeito, diferenças nos resultados, que parecem provir das características do contexto experimental, como a natureza da tarefa de influência ou o conhecimento testado. Assim, as mulheres mostram maior conformismo perante tarefas consideradas tipicamente masculinas e os homens maior conformismo perante tarefas tipicamente femininas (Eagly, 1983). As mulheres parecem também conformar-se mais do que os homens em situações de grupo, desaparecendo essa diferença quando o grupo não está presente para exercer uma pressão para o conformismo. Apesar de tudo, o estereótipo de que a mulher é mais conformista ainda prevalece, sendo provavelmente devido às posições sociais de menor prestígio e poder ocupadas pelas mulheres na sociedade (Eagly & Wood, 1985).

Na comunicação verbal, os homens interrompem mais o discurso das mulheres do que as mulheres interrompem o discurso dos homens e, de forma geral, falam mais do que as mulheres, contrariamente ao estereótipo que apresenta as mulheres como mais faladoras do que os homens (Mulac, 1989). No entanto, a composição dos grupos influencia o comportamento dos indivíduos. Observa-se, por exemplo, em grupos mistos de tomada de decisão, que a participação dos homens aumenta à medida que a sua proporção decresce, e que as mulheres sozinhas em grupos masculinos têm uma participação inferior às médias grupais (Johnson & Schulman, 1990). Este efeito poderia ser devido ao facto do sexo de pertença se tornar saliente em situação de minoria numérica, o que leva os indivíduos a produzir um comportamento congruente com o seu sexo de pertença (Deaux & Lafrance, 1998). Contudo, na medida em que os intervenientes com maior estatuto e prestígio profissional também falam mais do que os outros (Bilous & Kraus, 1988), as diferenças na comunicação verbal poderiam ser originadas mais pelo estatuto social do que pelo sexo dos intervenientes.

Na comunicação não-verbal, as mulheres seriam mais competentes para enviar e decodificar a informação não verbal (Hare-Mustin &

Marecek, 1988). Elas sorriem mais, demonstram mais do que os homens e são mais sensíveis às expressões faciais, à linguagem corporal e ao tom da voz (Hall, 1984). Segundo Deaux (1990), neste domínio também o efeito do sexo é pequeno, explicando 4% da variância na investigação de Hall (1978). Para Henley (1977), a maior competência feminina na comunicação não-verbal poderia estar relacionada com o estatuto mais baixo das mulheres. Alternativamente, poderia ser devida ao facto das mulheres desempenharem muitas vezes papéis orientados para os outros (cf. Deaux & Lafrance, 1998). Com efeito, a investigação indica que as pessoas que exercem profissões orientadas para os outros (enfermeiros, hospedeiros de bordo) são mais expressivas (Hochschild, 1983) e mais competentes para decodificar as emoções dos outros (Morgado, Cangemi, Miller & O'Connor, 1993).

Relativamente ao comportamento de ajuda, considerou-se, inicialmente, que os homens ajudam mais os outros do que as mulheres. No entanto, este resultado provinha do facto de que os estudos realizados centravam-se em encontros breves com estranhos. Ao alargar o quadro de investigação, constatou-se que, se os homens parecem mais dispostos a ajudar estranhos em apuros – sobretudo quando a situação é perigosa e em presença de público – (ajuda heróica), as mulheres são mais prestáveis com familiares e com pessoas com quem mantêm relações duradouras (Eagly & Crowley, 1986). Este padrão de comportamento de ajuda é consistente com as predições dos papéis de género, segundo as quais pode-se esperar que os homens proporcionam uma forma de ajuda mais agêntica e as mulheres uma forma mais comunal (Eagly, 1987).

Um domínio muito investigado é o que respeita aos comportamentos agressivos. Os dados sugerem que os homens seriam mais agressivos do que as mulheres (Hyde, 1986; Eagly & Steffen, 1986, por exemplo), o que seria ilustrado pelo facto das mulheres cometerem menos crimes do que os homens, nomeadamente muito menos crimes violentos (Harvey, Burnham, Kendall & Pease, 1992). Contudo, na revisão de Hyde (1984) sobre os comportamentos agressivos, o efeito do sexo é pequeno, explicando 5% da variância (Deaux, 1990). Para além disso, os estudos mais recentes que examinam as diferenças entre os sexos nas diferentes formas de agressão

sugerem que os homens recorrem mais à agressão física, directa, ao passo que as mulheres recorrem mais à agressão indirecta, onde o agressor não é identificável (Bjorkvist, 1995) ou à agressão relacional, onde a vítima é magoada através da destruição das suas relações sociais (Crick, 1995), sendo a agressão verbal utilizada de forma equivalente pelos dois grupos (Bjorkvist, 1995).

Segundo Eagly e Steffen (1986), as mulheres inibiriam mais os seus comportamentos agressivos por se culpabilizarem com os possíveis danos causados à vítima ou ficarem ansiosas pelas possíveis retaliações daí decorrentes. A investigação sobre as expectativas das crianças relativamente às consequências dos comportamentos agressivos indica, com efeito, que as raparigas antecipam mais a desaprovação parental e o sentimento de culpabilização do que os rapazes (Perry, Perry & Weiss, 1989). As diferenças nos comportamentos agressivos poderiam, ainda, provir dos homens considerarem que um comportamento agressivo permite ter controlo sobre os outros e, logo, teria consequências positivas, enquanto as mulheres considerarem que se trataria de uma perda de autocontrolo e, logo, teria consequências negativas (Archer & Haigh, 1996). Estas explicações apontam para uma origem social das diferenças nos comportamentos agressivos, sendo a sociedade ocidental mais tolerante com a agressividade masculina do que com a agressividade feminina. Nomeadamente, ela incentiva os rapazes a resolver os seus conflitos através de violência física, oferecendo-lhes brinquedos conotados com violência, como armas e espadas (Sears, Peplau & Taylor, 1991).

Também em termos de sexualidade são encontradas algumas diferenças. Os homens seriam mais favoráveis ao sexo casual, sem compromisso e a múltiplos parceiros (Oliver & Hyde, 1993). Alguns estudos sobre as atitudes face à infidelidade sugerem que as mulheres sofrem mais com a infidelidade sentimental do que com a infidelidade sexual, enquanto que os homens sofreriam mais com a infidelidade sexual (Buss, Larsen, Westen & Semmelroth, 1992; Wiederman & Allgeier, 1993). Contudo outros estudos realizados em várias culturas não encontraram quaisquer diferenças (Ortner & Whitehead, 1981). Hupka e Bank (1996), num estudo realizado nos Estados Unidos, observam que ambos

os sexos sofrem mais com a infidelidade sexual do que com a infidelidade sentimental, quando apoiam as normas tradicionais de género. Assim, sugerem que a internalização das normas, e não a pertença sexual, explica as diferentes atitudes face à infidelidade.

Em suma, pode-se dizer que existem também alguns pontos de desacordo entre autores relativamente aos comportamentos sociais e à personalidade. Segundo Eagly (1995) a investigação sobre as diferenças entre os sexos é, de forma geral, marcada por enviesamentos contrários, segundo a preferência dos autores por exagerar ou minimizar as diferenças. Aliás, um dado interessante é a existência de uma correlação entre o sexo do investigador e os resultados dos estudos (Eagly & Carli, 1981).

Os autores que defendem a ausência de diferenças entre os sexos sublinham que todas as diferenças são muito pequenas, inconsistentes, dependentes do contexto ou que são o produto de diversos artefactos. Os autores que defendem a existência de diferenças respondem, relativamente ao tamanho das diferenças, que, utilizando os critérios mais conservadores propostos para as meta-análises (Lipsey & Wilson, 1993), as diferenças entre os sexos podem ser colocadas num contínuo que vai de diferenças fracas a fortes (Eagly, 1995). Entre as características em que os sexos mostram fortes diferenças encontram-se diferentes comportamentos sociais (expressividade facial, frequência de preenchimento das pausas durante o discurso), diversos comportamentos sexuais (frequência da masturbação, atitudes para com o sexo casual), uma classe de traços de personalidade (meiguice, tendência para cuidar dos outros), capacidades físicas (velocidade, distância e precisão do lançamento duma bola) e um teste de capacidade cognitiva (rotação mental).

Estes últimos autores salientam que os resultados dos estudos sobre as diferenças entre os sexos não são mais inconsistentes do que os resultados relativos a qualquer outro fenómeno estudado em psicologia; que as diferenças produzidas por diferentes contextos de investigação podem muitas vezes ser interpretadas e, portanto, favorecem o desenvolvimento de teorias sobre as diferenças entre os sexos; que denunciar a existência de artefactos, afirmando, por exemplo, que as políticas editoriais favorecem a publica-

ção de estudos evidenciando diferenças ou que as características das situações experimentais ou o conteúdo dos testes podem ser mais familiares a um ou ao outro sexo não resiste a argumentos contrários (Eagly, 1995).

Os autores que defendem a existência de diferenças afirmam, ainda, que as sínteses quantitativas confirmam as ideias que as pessoas têm sobre os sexos. Por exemplo, as análises dos comportamentos sociais confirmam a opinião de que as mulheres são mais comunais do que os homens, sendo mais sensíveis, amigáveis e preocupando-se mais com os outros, ao passo que os homens são mais agênticos do que as mulheres, comportando-se de forma mais dominante, controladora e independente. Sublinham que os estudos que comparam as opiniões dos indivíduos com os resultados das meta-análises revelam que as pessoas não consideram os dois sexos como grupos com características opostas, mas que têm um conhecimento bastante correcto das suas características mais típicas (Swim, 1994).

Por último, os autores que defendem a existência de diferenças entre os sexos afirmam que a negação dessas diferenças é uma estratégia política que se gerou no novo feminismo dos anos 1970, com base na opinião de que a igualdade passa pela similaridade e que as diferenças, por terem sido muitas vezes atribuídas a factores biológicos, difundem a ideia de que as mulheres são, de forma inata, inferiores aos homens. Defendem que os traços e os comportamentos atribuídos às mulheres são, contudo, mais positivos do que os atribuídos aos homens, mesmo se as características valorizadas das mulheres, como a meiguice e a preocupação com os outros, servem para afastar as mulheres das posições de estatuto elevado e para as manterem nos papéis tradicionais. Afirmam que conhecer as diferenças entre os sexos pode servir, não para prejudicar as mulheres, mas para promover uma mudança social, no caso das mulheres quererem realmente mudar a sua situação (Eagly, 1995).

Tal como afirmado pelos autores que acreditam nas diferenças entre os sexos e como se pôde constatar dos comportamentos acima examinados, diversas teorias sobre as diferenças entre os sexos foram desenvolvidas para dar sentido às diferenças encontradas ou aos resultados inconsistentes que surgem dos contextos em que

essas diferenças são examinadas. Passamos a apresentar sucintamente as principais.

6. AS TEORIAS SOBRE A ORIGEM DAS DIFERENÇAS

Segundo Archer (1996), as primeiras teorias sobre a origem das diferenças entre os sexos debatiam a questão de saber se essas diferenças eram determinadas por factores biológicos (*nature*) ou por factores sociais (*nurture*). As explicações baseadas na influência da natureza consideravam as diferenças físicas ou fisiológicas, inclusive as diferenças no desenvolvimento do cérebro ou as diferenças hormonais. As explicações baseadas na influência da cultura apontavam para o papel da socialização, salientando que a sociedade tem diferentes expectativas em relação aos comportamentos apropriados aos homens e às mulheres, que são aprendidos pelas crianças através dos processos de reforço e de imitação.

Na maioria das vezes, estas duas formas de explicação coexistiam enquanto alternativas competitivas e opostas, havendo pouco esforço para desenvolver uma teoria inclusiva. Fundavam-se em assunções deterministas, em ideias pouco elaboradas das noções de natureza e de cultura, desconsiderando o contexto social, quer ao nível situacional quer ao nível societal, na interpretação das diferenças (Deaux & LaFrance, 1998).

As teorias desenvolvidas a partir dos anos 1980, nomeadamente pela psicologia social, consideram geralmente que as diferenças entre os sexos, mesmo as diferenças de natureza cognitiva, são o produto da interacção entre as pessoas num contexto social mais abrangente (Archer, 1996). Assim, na perspectiva baseada na influência das situações sociais, os comportamentos dos homens e mulheres são conceptualizados em termos dinâmicos e interdependentes (Deaux & Major, 1987). Sem negar a influência da biologia ou da socialização, considera-se que os homens e as mulheres têm um repertório de comportamentos relativamente igual, mas que as suas expectativas sobre a maneira como se devem comportar produzem «scripts interaccionais» que são traduzidos pela selecção de comportamentos diferenciados (Deaux, 1990). Os primeiros estu-

dos, realizados em laboratório, situavam-se a um nível de análise interpessoal (Deaux & Major, 1987). A extensão da investigação para situações fora do laboratório necessitou colocar a análise aos níveis sociais e culturais, e contemplar o efeito das estruturas sociais, dos papéis sociais, das desigualdades de estatuto e de poder (Deaux & Lafrance, 1998).

Os autores que se focalizam nas diferenças de estatuto e de poder dos dois sexos na sociedade salientam que as posições desiguais dos homens e das mulheres afectam a natureza das suas interações. Embora os termos de estatuto e de poder sejam muitas vezes utilizados de forma intermutável, o estatuto refere, de preferência, a percepção da superioridade de alguns indivíduos ou grupos, enquanto que o poder refere, geralmente, o controlo que podem efectivamente exercer sobre os outros (Deaux & Lafrance, 1998). Na nossa sociedade, o estatuto covaria com o género. Nomeadamente, os papéis desempenhados pelos homens e pelas mulheres não são considerados como de valor equivalente. O mesmo acontece com o poder. Os homens têm mais poder do que as mulheres na sociedade em geral, tanto na esfera pública (cf. Amâncio & Nogueira, 1995) como na esfera privada (Kellerhals, Troutot & Lazega, 1993). A assimetria entre maridos e mulheres pode reflectir-se, de forma subtil, como nos padrões de comunicação verbal e não verbal, traduzindo os esforços, conscientes ou inconscientes, dos homens para manterem a sua dominação sobre as mulheres (Henley, 1977), ou de forma manifesta, como na violência familiar (Anson & Sagy, 1995).

A teoria dos papéis sociais defende que as diferenças entre os sexos não reflectem apenas diferenças de estatuto e de poder mas são o produto histórico da divisão do trabalho entre domésticas e trabalhadores assalariados (Eagly, 1987). Existem diferentes expectativas relativamente às características associadas aos papéis tradicionalmente desempenhados pelos homens e pelas mulheres. Estas características são resumidas em termos de comunalidade e de agenticidade, também vistas como sendo a base dos estereótipos de género (William & Best, 1982). Considera-se que dois processos transformam essas expectativas em diferenças de comportamentos por parte dos homens e das mulheres: por um lado, o processo de socialização molda a

personalidade dos indivíduos de modo a corresponder às expectativas dos papéis de género e, por outro, as expectativas associadas aos papéis que desempenham levam-nos a adoptar comportamentos estereotipados (Eagly, 1987). Para Bem (1993), por exemplo, o desempenho de papéis diferentes por homens e mulheres produziria dois dos comportamentos correntemente associados a factores biológicos: a agressão física tipicamente masculina e a sensibilidade maternal tipicamente feminina.

O efeito das expectativas ligadas aos papéis sociais foi examinado por vários autores. Os resultados sugerem que os comportamentos comunal ou agêntico dos indivíduos variam em função do papel que desempenham (Moskowitz, Suh & Desaulniers, 1994). Independentemente do sexo de pertença, um candidato a um emprego sorri mais do que o entrevistador (Deutsch, 1990) e os empregados são mais submissos do que os seus supervisores (Moskowitz, Suh & Desaulniers, 1994). Assim, os indivíduos agem de forma mais agêntica e menos comunal quando são colocados num papel dominante do que quando são colocados num papel dominado, e os indivíduos passam dum tipo de comportamento ao outro em função da sua posição na situação de interacção.

A teoria evolucionária procura proporcionar uma explicação socio-biológica das diferenças entre os sexos. Opondo-se à teoria dos papéis sociais, Buss (1996) argumenta que as mulheres e os homens não recebem passivamente as normas sociais, mas desenvolvem activamente estratégias adaptativas. Assim, se para Bem (1993), a agressão física tipicamente masculina e a sensibilidade maternal tipicamente feminina podem explicar-se pelo desempenho de papéis diferentes por homens e mulheres, para Buss (1996), estas duas características relacionam-se com o facto de elas serem fundamentais para o desenvolvimento da espécie.

Segundo a perspectiva evolucionária, as diferenças de sexo são esperadas nos domínios nos quais as mulheres e os homens encontraram diferentes problemas adaptativos ao longo da sua história evolucionária (Buss, 1996). Defende, assim, que muitas diferenças observadas entre homens e mulheres derivam das estratégias que lhes permitem otimizar o seu sucesso reprodutivo. Tendo o acto de reprodução mais custos para as mulheres do que para os homens, as mulhe-

res procurariam um parceiro com recursos económicos e sociais que estivesse disposto a investir nelas próprias e nos seus filhos, ao passo que os homens estariam mais inclinados para ter acesso ao maior número possível de mulheres e a investir poucos recursos em cada uma e nos seus filhos. Por isso, os dois sexos diferenciar-se-iam nas características que procurariam no potencial parceiro: enquanto os homens valorizariam a aparência e a juventude, as mulheres valorizariam o estatuto social (Buss, 1992). De acordo com a teoria evolucionária, para otimizar o seu sucesso reprodutivo, os homens tenderiam a monopolizar os recursos materiais e simbólicos, de modo a tornarem as mulheres mais dependentes deles e a tornarem-se mais atractivos do que os outros homens (Parker, 1987). A estratificação social seria também uma consequência dessa competição entre homens (Betzig, 1993).

Numerosas críticas são endereçadas a esta perspectiva, sobretudo por causa da falta de fiabilidade dos seus fundamentos teóricos (cf. Silverstein, 1996, por exemplo). Algumas críticas argumentam que a busca de causas biológicas é baseada numa falsa compreensão da biologia (Fausto-Sterling, 1985), e que a omissão da cultura enquanto explicação das diferenças é injustificada (Hinde, 1995). Apesar de não afirmar que as diferenças de sexo são devidas unicamente a factores biológicos, a teoria evolucionária negligencia a importância dos factores situacionais, das crenças, dos valores, e das normas que orientam, muitas vezes, os comportamentos (Deaux & LaFrance, 1998).

Por último, deve-se sublinhar que, geralmente, admite-se que não existe uma única explicação para todas as diferenças entre os sexos e que se deve recorrer a diferentes teorias para explicar diferentes tipos de comportamentos. Por exemplo, alguns aspectos que parecem diferenciar os sexos, como a agenticidade masculina e a comunidade feminina, poderiam provir dos papéis que os homens e as mulheres desempenham na sociedade, enquanto que outros, como a assertividade masculina, estariam mais relacionados com o estatuto, e outros ainda, como a inexpressividade emocional masculina, com o processo de socialização (Archer, 1996).

7. CONCLUSÃO

Olhando para a origem e o desenvolvimento da investigação sobre as diferenças entre os sexos, pode-se achar surpreendente que esta linha de investigação continue a mobilizar tanta energia, apesar dos inúmeros resultados que apoiam a opinião de que a variabilidade dentro de cada um dos grupos sexuais é superior à variabilidade entre os grupos. Poucos objectos foram o alvo de pesquisa durante tanto tempo (Morawski, 1996). Poucas outras correntes de investigação suscitaram, em nosso saber, tantos conflitos, críticas e interrogações quanto aos *a priori* dos autores e às finalidades da investigação, a não ser, talvez, a não menos problemática investigação sobre a inteligência (cf. Gould, 1983; Poeschl, 1992).

Um primeiro facto surpreendente é que o esforço para comparar os sexos não tem equivalente noutras categorias sociais, apesar de alguns autores sugerirem que as diferenças entre outros grupos sociais, nomeadamente as classes sociais e os grupos étnicos são provavelmente mais importantes (Archer, 1996). No entanto, se as primeiras classificações dos seres humanos comparavam, de facto, raças e classes sociais, estes procedimentos tornaram-se politicamente incorrectos, ao passo que as comparações entre homens e mulheres não parecem colocar o mínimo problema. Um dado interessante também é que se poderia esperar que fosse fácil fazer uma lista de diferenças entre os sexos, numa sociedade onde existem tantas desigualdades de estatuto e de poder entre os sexos. Porém, a constatação de que é tão complicado evidenciar diferenças tão fracas entre os sexos e que os resultados obtidos são tão inconsistentes não deixa de ser surpreendente (Lott, 1996).

Por último, pode-se perguntar porque é que, mesmo quando os autores procuram salientar as origens sociais das diferenças encontradas, se atribui mais importância aos 5% de variância explicados pelo sexo, do que aos 95% de variância explicados por outros factores. Muitas vezes, o sexo não tem valor preditivo comparado com outros factores, e sublinhar as diferenças entre os sexos apenas contribui para reforçar a ordem social. Neste sentido, pode-se compreender que alguns autores questionem globalmente a investigação sobre as diferenças entre os sexos, perguntando-se se realmente as nossas institui-

ções «continuam a fornecer enormes esforços para apoiar generalizações estereotipadas, apesar do facto que as predições baseadas somente no género são muitas vezes inexactas, com o objectivo de manter e de justificar a existência de esferas separadas para os homens e as mulheres» (Lott, 1996, p. 156).

REFERÊNCIAS

- Amâncio, L., & Nogueira, C. (1995). *Gender, management and science*. Braga: Edições da Universidade do Minho.
- Anson, O., & Sagy, S. (1995). Marital violence: Comparing women in violent and nonviolent unions. *Human Relations, 48*, 285-305.
- Archer, J. (1996). Sex Differences in Social Behavior. Are the Social Role and Evolutionary Explanations Compatible? *American Psychologist, 51* (9), 909-917.
- Archer, J., & Haigh, A. (1996). Do beliefs about aggressive feelings and actions predict reported levels of aggression? *British Journal of Social Psychology, 35*, 1-23.
- Ashmore, R. D., Del Boca, F. K., & Wohlers, A. J. (1986). Gender stereotypes. In R. D. Ashmore, & F. K. Del Boca (Eds.), *The Social Psychology of Female-Male Relations* (pp. 69-121). New York: Academic Press.
- Bakan, D. (1966). *The duality of human experience*. Chicago: Rand McNally.
- Baudelot, C., & Establet, R. (1992). *Allez les filles!* Paris: Editions du Seuil.
- Bawin-Legros, B. (1988). *Familles, mariage, divorce. Une sociologie des comportements familiaux contemporains*. Liège: Mardaga.
- Belotti, E. G. (1973). *Du côté des petites filles*. Paris: Editions des Femmes.
- Bem, S. L. (1974). The measurement of psychological androgyny. *Journal of Personality and Social Psychology, 42*, 155-162.
- Bem, S. L. (1993). *The lenses of gender*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Benbow, C. P., & Lubinski, D. (1993). Consequences of gender differences in mathematical reasoning ability and some biological linkages. In M. Hang, R. E. Whalen, C. Aron, & K. L. Olsen (Eds.), *The development of sex differences and similarities in behavior* (pp. 87-109). London: Kluwen Academic.
- Betzig, L. (1993). Sex, secession, and stratification in the first six civilizations: How powerful men reproduced, passed power on to their sons, and used power to defend their wealth, women and children. In L. Ellis (Ed.), *Social stratification and socioeconomic inequality: A comparative biosocial analysis* (pp. 37-74). Westport, CT: Praeger.
- Bilous, F. R., & Krauss, R. M. (1988). Dominance and accommodation in the conversational behavior of same- and mixed-sex dyads. *Journal of Language and Communication, 8*, 183-194.
- Bjorkqvist, K. (1995). Sex differences in physical, verbal, and indirect aggression: A review of recent research. *Sex Roles, 30*, 177-188.
- Born, M. P., Bleichrodt, N., & Van der Flier, H. (1987). Cross-cultural comparison of sex-related differences on intelligence tests: A meta-analysis. *Journal of Cross-Cultural Psychology, 18*, 283-314.
- Broverman, I. K., Vogel, S. R., Broverman, D. M., Clarkson, F. E., & Rosenkrantz, P. S. (1972). Sex-role stereotypes: a current appraisal. *Journal of Social Issues, 28*, 59-78.
- Brown, R. (1988). *Group processes. Dynamics within and between groups*. Oxford: Blackwell.
- Burr, V. (1998). *Gender and Social Psychology*. London: Routledge.
- Buss, D. M. (1992). Mate preference mechanisms: Consequences for partner choice and intrasexual competition. In J. H. Barkow, L. Cosmides, & J. Tooby (Eds.), *The adapted mind. Evolutionary psychology and the generation of culture* (pp. 249-266). New York: Oxford University Press.
- Buss, D. M. (1996). The evolutionary psychology of human social strategies. In E. T. Higgins, & A. Kruglanski (Eds.), *Social psychology: Handbook of basic principles*. New York: The Guildford Press..
- Buss, D. M., Larsen, R. J., Westen, D., & Semmelroth, J. (1992). Sex differences in jealousy: Evolution, physiology, and psychology. *Psychology Science, 3*, 251-255.
- Comissão das Comunidades Europeias (1997). *Relatório anual da Comissão. Igualdade de oportunidades entre mulheres e homens na União Europeia*. 1996. Bruxelas.
- Connell, R. W. (1993). *Gender and power. Society, the person and sexual politics*. Cambridge: Polity Press.
- Constantinople, A. (1986). Masculinité/Féminité. Exception à un célèbre adage. In M. C. Hurtig, & M. F. Pichevin (Eds.), *La différence des sexes* (pp. 225-250). Paris: Tierce Sciences.
- Crick, N. (1995). Relational aggression: The role of intent attributions, feelings of distress and provocation type. *Development and Psychopathology, 7*, 313-322.
- Deaux, K. (1990). From individual differences to social categories: Analysis of a decade's research on gender. In A. G. Halberstadt, & S. L. Ellyson (Eds.), *Social Psychology Readings*. New York: McGraw-Hill.
- Deaux, K., & Emswiller, T. (1974). Explanations of successful performance on sex-linked tasks: What is skill for the male is luck for the female. *Journal of Personality and Social Psychology, 29*, 80-85.

- Deaux, K., & LaFrance, M. (1998). Gender. In D. T. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindzey (Eds.), *The Handbook of Social Psychology* (Vol. 2, 4th ed, pp. 788-827). New York: McGraw-Hill.
- Deaux, K., & Major, B. (1987). Putting gender into context: An interactive model of gender-related behavior. *Psychological Review*, *94*, 369-389.
- Deutsch, L. M. (1990). Status, sex, and smiling: The effect of role on smiling in men and women. *Personality and Social Psychology Bulletin*, *16*, 531-540.
- Durkheim, E. (1893). *La division du travail social: Etude sur l'organisation des sociétés supérieures*. Paris: Alcan.
- Eagly, A. H. (1983). Gender and social influence: A social psychological analysis. *American Psychologist*, *38* (9), 971-981.
- Eagly, A. H. (1987). *Sex differences in social behavior: A social-role interpretation*. Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Eagly, A. H. (1995). The science of politics of comparing women and men. *American Psychologist*, *50* (3), 145-158.
- Eagly, A. H., & Carli, L. L. (1981). Sex of researchers and sex-typed communications as determinants of sex differences in influenciability: A meta-analysis of social influence studies. *Psychological Bulletin*, *90*, 1-20.
- Eagly, A. H., & Crowley, M. (1986). Gender and helping behavior: A meta-analytic review of the social psychological literature. *Psychological Bulletin*, *100*, 283-308.
- Eagly, A. H., & Steffen, V. J. (1986). Gender and aggressive behavior. A meta-analytic review of the social psychological literature. *Psychological Bulletin*, *100*, 309-330.
- Eagly, A. H., & Wood, W. (1985). Gender and influenciability: Stereotype versus behavior. In V. E. O'Leary, R. K. Unger, & B. S. Wallston (Eds.), *Women, gender, and social psychology* (pp. 225-256). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Engels, F. (1884, 1974). *L'origine de la famille, de la propriété privée et de l'Etat*. Paris: Editions Sociales.
- Fausto-Sterling, A. (1985). *Myths and gender: Biological theories about women and men*. New York: Basic Books.
- Feingold, A. (1988). Cognitive Gender Differences are Disappearing. *American Psychologist*, *43*, 95-103.
- Freud, S. (1908). Über infantile Sexualtheorien. *Gesammelte Werke, VII*. London: Imago.
- Friedan, B. (1963). *The feminine mystique*. New York: Norton.
- Giddens, A. (1982). *Sociology: A brief but critical introduction*. London: MacMillan.
- Goldberg, P. (1968). Are women prejudiced against women? *Trans-action*, *5*, 28-30.
- Gould, S. J. (1983). *La mal-mesure de l'homme*. Paris: Editions Ramsay.
- Hall, J. A. (1978). Gender effects in decoding nonverbal cues. *Psychological Bulletin*, *85*, 845-875.
- Hall, J. A. (1984). *Nonverbal sex differences: Communication accuracy and expressive style*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.
- Halpern, D. F. (1989). The disappearance of cognitive gender differences: What you see depends were you look. *American Psychologist*, *44* (8), 1156-1158.
- Halpern, D. F. (1992). *Sex differences in cognitive abilities* (2nd ed.). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Hare-Mustin, R. T., & Marecek, J. (1988). The meaning of difference: Gender theory, postmodernism, and psychology. *American Psychology*, *43*, 455-464.
- Harvey, L., Burnham, R. W., Kendall, K., & Pease, K. (1992). Gender differences in criminal justice: An international comparison. *British Journal of Criminology*, *32*, 2.8-217.
- Henley, N. M. (1977). *Body politics. Power, sex and non-verbal communication*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.
- Herla, G. (1987). Partage des responsabilités familiales, attitudes et comportements effectifs. *Les Cahiers de Psychologie Sociale*, *35*, 9-50.
- Hinde, R. A. (1995). The adaptionist approach has its limits. *Psychological Inquiry*, *6*, 50-53.
- Hochschild, A. R. (1983). *The managed heart: Commercialization of human feeling*. Berkeley: University of California Press.
- Hupka, R. B., & Bank, A. L. (1996). Sex differences in jealousy: Evolution or social construction? *Cross-Cultural Research*, *30*, 24-59.
- Hyde, J. S. (1981). How large are cognitive gender differences? A meta-analysis using ω^2 and d . *American Psychologist*, *36*, 892-901.
- Hyde, J. S. (1984). How large are gender differences in aggression? A developmental meta-analysis. *Developmental Psychology*, *20*, 722-736.
- Hyde, J. S. (1986). Gender differences in aggression. In J. S. Hyde, & M. C. Linn (Eds.), *The psychology of gender: Advances through meta-analysis* (pp. 51-66). Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Hyde, J. S., Fennema, E., & Lamon, S. J. (1990). Gender differences in mathematical performance: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, *107*, 139-155.
- Hyde, J. S., & Linn, M. C. (Eds.) (1986). *The psychology of gender: Advances through meta-analysis*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Johnson, R. A., & Schulman, G. I. (1989). Gender-role composition and role entrapment in decision-making groups. *Gender and Society*, *3*, 355-372.
- Kellerhals, J., Troutot, P. Y., & Lazega, E. (1993). *Microsociologie de la famille*. Paris: Presses Universitaires de France.

- Lee, P. C. (1986). Psychologie et différences entre les sexes. In M. C. Hurtig, & M. F. Pichevin (Eds.), *La différence des sexes* (pp. 63-75). Paris: Tierce Sciences.
- Lipsey, M. W., & Wilson, D. B. (1993). The efficacy of psychological, educational, and behavioral treatment: Confirmation from meta-analysis. *American Psychologist*, 48, 1181-1209.
- Lorenzi-Cioldi, F. (1994). *Les androgynes*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Lott, B. (1996). Politics or science? The question of gender sameness/difference. *American Psychologist*, 51 (2), 155-157.
- Maccoby, E. E., & Jacklin, C. N. (1974). *The psychology of sex differences*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Masters, M. S., & Sanders, B. (1993). Is the gender difference in mental rotation disappearing? *Behavior Genetics*, 23, 337-341.
- Michel, A. (1983). *Sociologia da família e do casamento*. Porto: Rés-Editora.
- Mill, J. S. (1869). *L'assujettissement des femmes*. Paris: Guillaumin.
- Morawski, J. (1996). Gender theories. In S. I. Kutler (Ed.), *Encyclopedia of the United States in the twentieth century* (vol. 2, pp. 899-915). New York: Charles Scribner's Sons.
- Morgado, I. A., Cangemi, J. P., Miller, R., & O'Connor, J. (1993). Accuracy of decoding facial expressions in those engaged in people-oriented activities vs. those engaged in non-people oriented activities. *Studia Psychologica*, 35, 73-80.
- Moskowitz, D. S., Suh, E. J., & Desaulniers, J. (1994). Situational influences on gender differences in agency and communion. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, 753-761.
- Mulac, A. (1989). Men's and women's talk in same-gender and mixed-gender dyads. Power or polemic? *Journal of Language and Social Psychology*, 8, 249-270.
- Oliver, M. B., & Hyde, J. S. (1993). Gender differences in sexuality: A meta-analysis. *Psychological Bulletin*, 114, 29-51.
- Ortner, S. B., & Whitehead, H. (Eds.) (1981). *Sexual meanings: The cultural construction of gender and sexuality*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Parker, S. T. (1987). A sexual selection model for hominid evolution. *Human Evolution*, 2, 235-253.
- Parsons, T., & Bales, R. F. (1956). *Family: Socialization, and interaction process*. Glencoe, Ill: Free Press.
- Perry, D. G., Perry, L. C., & Weiss, R. J. (1989). Sex differences in the consequences that children anticipate for aggression. *Developmental Psychology*, 25, 312-319.
- Poeschl, G. (1992). *L'intelligence: un concept à la recherche d'un sens*. Universidade de Genebra: tese de doutoramento.
- Rigolage, E. (s/d). *Auguste Comte: La philosophie positive*. Paris: Paris: Flammarion.
- Rosenkrantz, P. S., Vogel, S. R., Bee, H., Broverman, I. K., & Broverman, D. M. (1968). Sex-role stereotypes and self-concepts in college students. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 32, 287-295.
- Saraceno, C. (1997). *Sociologia da família*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Sears, D. O., Peplau, L. A., & Taylor, S. E. (1991). *Social Psychology*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice Hall.
- Sherriffs, A. C., & McKee, J. P. (1957). Qualitative aspects of beliefs about men and women. *Journal of Personality*, 25, 451-464.
- Shields, S. A. (1986). Fonctionnalisme, darwinisme et psychologie des femmes. Etude d'un mythe social. In M. C. Hurtig, & M. F. Pichevin (Eds.), *La différence des sexes* (pp. 29-61). Paris: Tierce Sciences.
- Silverstein, L. B. (1996). Evolutionary psychology and the search for sex differences. *American Psychologist*, 51 (2), 160-161.
- Skinner, P. H., & Shelton, R. L. (1985). *Speech, language, and hearing: Normal processes and disorders*, 2nd ed. New York: Wiley.
- Spence, J. T. (1985). Gender identity and implications for concepts of masculinity and femininity. In T. B. Sondereg (Ed.), *Nebraska symposium on motivation: Psychology and gender* (Vol. 32, pp. 59-96). Lincoln: University of Nebraska Press.
- Spence, J. T., Deaux, K., & Helmreich, R. L. (1985). Sex roles in contemporary American society. In G. Lindzey, & E. Aronson (Eds.), *The handbook of social psychology* (Vol. 2, 3.^a ed, pp. 149-178). Hillsdale, N.J: Lawrence Erlbaum Associates.
- Spence, J. T., Helmreich, R., & Stapp, J. (1974). The personal attributes questionnaire: A measure of sex-role stereotypes and masculinity-femininity. *Catalog of Selected Documents in Psychology*, 4, 43-44.
- Spencer, H. (1891). *The study of sociology*. New York: Appleton.
- Strong, E. K. (1936). Interest of men and women. *Journal of Social Psychology*, 7, 49-67.
- Strong, E. K. (1943). *Vocational interests of men and women*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Sutaria, S. D. (1985). *Specific learning disabilities: Nature and needs*. Springfield, IL: Charles C. Thomas.
- Swim, J. K. (1994). Perceived versus meta-analytic effect sizes: An assessment of the accuracy of gender stereotypes. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, 21-36.
- Terman, L. M., & Miles, C. C. (1936). *Sex and personality: Studies in masculinity and femininity*. New York: McGraw Hill.

- Unger, R. (1986). Pour une nouvelle définition du sexe et du genre. In M. C. Hurtig, & M. F. Pichevin (Eds.), *La différence des sexes* (pp. 299-319). Paris: Tierce Sciences.
- Unger, R., & Crawford, M. (1992). *Women and gender: A feminist psychology*. New York: McGraw-Hill.
- Waxler, N. E., & Mishler, E. G. (1970). Experimental studies of families. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology*, Vol. 5. New York: Academic Press.
- Wiederman, M. W., & Allgeier, E. R. (1993). Gender differences in sexual jealousy: Adaptational or social learning explanations? *Ethology and Sociobiology*, 14, 115-140.
- Wilder, G. Z., & Powell, K. (1989). *Sex differences in test performance: A survey of the literature*. College Board Report #89-3. New York: College Entrance Examination Board.
- Williams, J. E., & Bennett, S. M. (1975). The definition of sex stereotypes via the adjective check list. *Sex Roles*, 1, 327-337.
- Williams, J. E., & Best, D. L. (1982). *Measuring sex stereotypes: A thirty nations study*. Beverly Hills, CA: Sage.
- Zelditch, M. (1956). Role differentiation in the nuclear family. In T. Parsons, & R. F. Bales (Eds.), *Family: Socialization, and interaction process*. Glencoe, Ill: Free Press.

RESUMO

Este trabalho procura retratar os desenvolvimentos sucessivos da produção científica sobre a questão da existência de diferenças entre os sexos e das suas origens, que tem uma história longa e fértil. Começamos por evocar as ideologias produzidas no Séc. XIX para explicar as posições desiguais dos dois grupos sexuais

por disposições naturais, e os primeiros trabalhos académicos consagrados a identificar os traços, competências e comportamentos que, supostamente, deveriam diferenciar homens e mulheres. Propomos alguns apanhados dos trabalhos actuais sobre as diferenças entre os sexos e sobre a controvérsia, aparentemente suscitada pelas diferentes posições políticas dos autores, a propósito da verdadeira existência dessas diferenças. Apresentamos, por último, algumas teorias que são, actualmente, desenvolvidas pelos autores que defendem a existência de diferenças entre homens e mulheres, na procura de dar sentido a essas diferenças.

Palavras-chave: Diferenças entre os sexos, estereótipos de género, papéis de género.

ABSTRACT

This paper aims at retracing the successive developments of the scientific production on the question of the existence of sex differences and on their origins, which have a fertile and a long story. We begin by evoking the ideologies developed in the XIXth century in order to explain the unequal social positions of the sexes by natural dispositions, and the first academic works aimed at identifying the traits, aptitudes and behaviors that, supposedly, should differentiate men and women. We propose some insights at the present work on sex differences and at the controversies, apparently generated by the different political positions of the authors, on the real existence of such differences. We finally present some of the theories that are presently developed by the authors who defend the existence of differences between men and women in order to give sense to these differences.

Key words: Sex differences, gender stereotypes, gender roles.